

• Constituinte/Ordem Econômica

Pioneirismo e tecnologia

Mangels  
Empresa 100 - Brasília

“Estrangeiros têm mais confiança no Brasil do que nós mesmos”, diz Amato

por Wanda Jorge de Piracicaba

“Se não sair da forma que desejamos, o jeito é lutar para modificar a Constituição, senão ela vai ser letra morta.” Foi o que o presidente da FIESP, Mário Amato, disse na sexta-feira, em Piracicaba, para representantes do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) da região, lamentando não ter palavras de otimismo para comentar o atual andamento da Constituinte. Ele contou que tem recebido missões estrangeiras — citou Japão e Alemanha Ocidental —, que demonstram mais confiança no País do que “muitas vezes nós mesmos”. Para Amato, o investimento está à espera de definições — que até agosto ocorrerão — e mesmo “que venha algo não palatável mas digerível”, a economia voltará a fluir, pois o País é extremamente viável pela capacidade dos empresários.

Amato falou a dirigentes de oito regionais da CIESP, que reúnem 127 municípios ao redor de Jundiá, Campinas, Piracicaba e Sorocaba. Considerou que o que já se definiu nesta semana “não foi bom, mas poderia ser pior” e, ao desagradar conservadores e progressistas, mostrou, pelo menos, que as decisões têm sido democráticas. “Na quinta-feira”, diz Amato, o “Centrao”, que tinha certeza absoluta que venceria, por um voto não perdeu completamente.

Os contatos frequentes que o presidente da FIESP tem mantido com os constituintes mostram, em sua opinião, que existe “uma miscelânea de pensamentos”. Entre os próprios líderes de partidos e seus membros não há entendimento, diz, e há um verdadeiro “saco de gatos” na Constituinte. Amato acrescenta que os mais variados entendimentos possíveis firmados em almoço na véspera são, posteriormente, votados emocionalmente, contrários ao que se acertou. “O que está saindo é fruto de demagogia”, o que leva o presidente da FIESP a concluir que a crise brasileira é muito mais política que econômica.

O industrial considerou, também, que os artigos aprovados no capítulo da Ordem Social contêm “exageros subjetivos”. Ele ressaltou, porém, que, apesar da turbulência atual, o capital estrangeiro continua interessado em investir no Brasil após superada essa fase difícil de transição. Amato lembra que o País é a décima economia mundial, com o terceiro maior superávit comercial, embora ocupe a quadragésima oitava posição no aspecto social.

A expectativa que a economia vive hoje, à espera de novas regras, tem ressignificado os investimentos, mas, segundo Amato, as empresas não estão formando estoques especulativos, com vistas a uma hiperinflação, conforme acusou o governo nesta semana.

Reserva de mercado prejudicou leilão

por Maria Christina Carvalho de São Paulo

A definição dada pela Assembleia Nacional Constituinte à empresa estrangeira e a possibilidade de extensão da reserva de mercado a outras áreas da economia já teriam contribuído para reduzir o volume de ofertas feitas no segundo leilão de conversão da dívida externa em investimento, realizado quinta-feira, na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). E pode causar a anulação dos US\$ 11,2 milhões convertidos em investimento na indústria de extração mineral no primeiro leilão, ocorrido em 29 de março, na Bolsa do Rio de Janeiro.



Arnim Lore

Geraldo Carbone, diretor adjunto da Guilder Corretora de Câmbio e Títulos S.A., disse que o volume de ofertas do segundo leilão ficou sensivelmente inferior ao primeiro exatamente porque no dia anterior a Constituinte tinha votado sobre a definição de empresa nacional e estrangeira. Esperava-se, lembrou, que o volume de ofertas deste último leilão chegasse a US\$ 300 milhões, até US\$ 400 milhões, pelo fato de os investidores terem tido mais tempo para analisar as normas de conversão e preparar seus projetos. Mas isso não ocorreu. As ofertas começaram nos US\$ 150 milhões, em comparação com os US\$ 178 milhões iniciais do primeiro, e mantiveram-se em níveis sensivelmente inferiores durante três quartos do leilão. A própria Guilder, disse Peter Boot, também da corretora, teve dois clien-

tes que alegaram esse motivo para saírem do leilão, e um que reduziu sua oferta.

A nacionalização das atividades de mineração, prevê Boot, pode pôr a perder os projetos de conversão na área, que estava despertando bastante interesse dos investidores estrangeiros, pois é exportadora. “A questão também abre um precedente que pode criar o temor de que medidas semelhantes sejam estendidas a outros setores”, acrescentou.

No primeiro leilão de conversão, US\$ 11,2 milhões foram convertidos na indústria de extração mineral na área incentivada (Sudam, Sudene, Vale do Jequitinhonha e Espírito Santo), representando 14,9% do valor convertido nesse segmento do leilão e 7,5% do total. Segundo o diretor da Área Externa do Banco Central (BC), Arnim Lore, este investimento pode ter problemas. “Vamos estudar a questão, ver quando a legislação en-

“Conversão não será alterada”

por Ana Lúcia Magalhães do Rio

“A nacionalização da exploração mineral em todo o País, aprovada pela Constituinte na última quinta-feira, não atrapalha em nada os projetos de conversão, via leilão, destinados ao setor de mineração.” A opinião é de David Hetzel, vice-presidente do Banco Bozano, Simonsen de Investimento, que, neste segundo leilão de conversão, arrematou, em nome de um cliente que pretende investir em um projeto de mineração US\$ 13,5 milhões, dos US\$ 75 milhões ofertados para a área incentivada.

Sem revelar o nome do cliente e a localização do projeto receptor, David Hetzel disse que não vê problema na decisão da Constituinte. A conversão, neste caso, se efetiva na forma de participação acionária minoritária.

No primeiro leilão de conversão, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro (BVRJ), no dia 29 de março, a indústria extrativa mineral havia abocanhado recursos da ordem de US\$ 11,2 milhões, que representaram 14,9% do total ofertado pelo Banco Central na

chamada área incentivada e 7,6% do volume global.

O vice-presidente do Bozano, Simonsen acredita que novos projetos de conversão para o setor mineral surgirão, apesar da nacionalização. Nem mesmo a elevação do deságio, que na área incentivada passou de 10,5% no primeiro leilão, para 15% neste último, assustou Hetzel, que esperava uma taxa de desconto de 20%.

“No primeiro leilão a demanda na área incentivada foi de US\$ 100 milhões e agora subiu para US\$ 145 milhões. O desconto subiu proporcionalmente”, comentou o vice-presidente do Bozano, Simonsen.

Nessa segunda rodada de leilão de conversão, o Bozano, Simonsen não participou das ofertas para a área livre, enquanto no primeiro arrematou US\$ 300 mil, destinados ao seu Fundo de Conversão, o Brazil Conversion Fund, que tem uma estimativa de captação de US\$ 100 milhões.

David Hetzel disse que a idéia era participar, mas isso não foi possível porque não houve tempo para seu cliente cadastrar-se, ficando, portanto, para o próximo leilão.

O Bozano, Simonsen pretende, através desse cliente, captar mais recursos para seu Fundo de Conversão.

O Brazil Conversion Fund já teve os US\$ 300 mil conseguidos no primeiro leilão liberados pelo Banco Central. Dessa forma, ele já está sendo operacionalizado e atuando no mercado de capitais brasileiro.

NOVOS FUNDOS

David Hetzel disse, ainda, que muito provavelmente o Bozano, Simonsen partirá para a criação de novos fundos de conversão. Um dos seus objetivos é a constituição de um fundo específico para as áreas incentivadas, que está dependendo apenas da regulamentação governamental.

Além do Fundo de Conversão, o Bozano, Simonsen administra três fundos de investimento de capital estrangeiro, o Equity Fund, o Brazilian Investment Fund e o Swiss-German Brazilian Investments, que estão com um patrimônio da ordem de US\$ 140 milhões. O maior deles é o Equity Fund, com US\$ 110 milhões, aproximadamente.

tra em vigor. Se o investimento for minoritário, não há problema. Caso contrário, pode até ser anulado”, disse, após participar do seminário “Conversão da dívida em investimento”, promovido por este jornal.

O gerente da divisão da América Latina e Caribe II, Everett Santos, que também esteve no seminário, disse que “obviamente qualquer coisa que indique

nacionalismo excessivo impacta e dificulta o processo de captação de recursos no exterior”.

José Baía Sobrinho, vice-presidente do BMC e presidente da Associação Brasileira dos Bancos Comerciais (ABBC), afirmou que as restrições impostas pela Constituinte ao capital estrangeiro assustam o investidor. Mas confia em que “as conveniências do

processo de conversão superem os problemas”.

O presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Arnoldo Wald, considerou o conceito de empresa nacional fixado pelos constituintes como “relativamente liberal”, porque vincula a classificação de uma empresa como brasileira de capital nacional ao fato de seu titular ter domicílio no Brasil.

Empresas brasileiras de mineração vêm as medidas com ceticismo

por Coriolano Gatto do Rio

As empresas brasileiras de mineração encaram com reservas e ceticismo a decisão tomada pelo Congresso Constituinte de nacionalizar o setor, fechando as portas para o capital estrangeiro. “O Brasil vai retroceder uns 20 anos”, calcula o presidente da Associação Brasileira das Mineradoras de Ouro (Abramo), Antônio Dias Leite Neto, que comanda igualmente a Companhia de Mineração e Participações (CMP), cujo capital é 70% nacional e os 30% restante ficam com o grupo canadense TVX.

“O capital nacional será muito penalizado”, resume. Isto porque, raciocina Dias Leite, o setor minerador tem como marca registrada grandes investimentos de risco e de longa maturação — em torno de 10 anos — por esta razão, somente grupos — e boa parte é estrangeira — têm condições de injetar grandes somas de dólares. “A tecnologia no nosso setor não é fundamental”, revela. E na mineração o capital nacional sempre se associa às multinacionais.

Com a decisão tomada pela Constituinte, o presidente da Abramo prevê que o Brasil, hoje com um produto mineral da ordem de US\$ 3 bilhões, perderá gra-

“Ajuste será benéfico ao País”

por David Friedlander de São Paulo

A nacionalização da exploração mineral no País deverá promover uma reorganização nas atividades do setor, sem afugentar o capital estrangeiro — receio manifestado pelos críticos da medida aprovada na quinta-feira pela Assembleia Nacional Constituinte. A opinião é do professor de política e legislação mineral da Universidade de Campinas (Unicamp), Hildebrando Herrmann, que baseia seu ponto de vista na manutenção da possibilidade de associações das empresas estrangeiras — através de participações minoritárias — com as nacionais.

“Pode ser que num primeiro momento haja retração nos investimentos externos desti-

nados à mineração”, afirmou Herrmann. “Mas uma análise mais tranqüila do texto mostra que houve mudanças grandes, mas não o suficiente para afugentar o capital externo. Ao contrário, haverá um ajuste até benéfico ao País”.

O acadêmico acredita que as modificações na legislação sobre a exploração mineral serão responsáveis, inclusive, pelo desenvolvimento do setor. De acordo com ele, as mudanças estimularão o capital nacional, mas sem afugentar os investidores estrangeiros. “Eles acabarão associando-se, porque sabem que se trata de um segmento com retorno garantido”.

MENOS NACIONALISTA Segundo o professor da Unicamp, o texto que trata da exploração mineral aprovado

dualmente espaço para o vazio a ser deixado pelas multinacionais — elas têm um prazo de cinco anos para venderem a sua participação majoritária — deverá ser ocupado pelo setor estatal. “Ou por ele ou por ninguém”, disse Dias Leite. A mineração brasileira, segundo a Abramo, é controlada em partes iguais pelas empresas estatais, nacionais e estrangeiras.

estrangeiras poderão operar em outros setores (que usam como matéria-prima o minério), como no caso da metalurgia”, completa.

O presidente da Abramo estima que a partir desta segunda-feira as empresas estrangeiras que começaram a desenvolver projetos e estão ainda na fase de pesquisa começarão a abandonar o País, já que não existe mais lógica em

continuarem por aqui. O vácuo a ser deixado pelas multinacionais — elas têm um prazo de cinco anos para venderem a sua participação majoritária — deverá ser ocupado pelo setor estatal. “Ou por ele ou por ninguém”, disse Dias Leite. A mineração brasileira, segundo a Abramo, é controlada em partes iguais pelas empresas estatais, nacionais e estrangeiras.

Para secretário do governo gaúcho mina é poder

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O secretário de Energia, Minas e Comunicações do Rio Grande do Sul, Alcides Saldanha, disse, na sexta-feira, que o texto constitucional aprovado na votação da Ordem Econômica para regulamentar a atuação de empresas no setor de mineração “pouco muda em relação ao texto constitucional vigente”. Ele assinalou que a legislação atual já garante a brasileiros a exploração do subsolo e entende que foi acertada a decisão de manter essa garantia no texto da futura Constituição.

Para Saldanha, “mina é poder” e o Brasil deve continuar preservando as riquezas de seu subsolo, permitindo a exploração que beneficie aos brasileiros: “Assim como o artigo 121 do Código Penal não consegue impedir que as pessoas matem, a legislação não vai impedir que empresas estrangeiras tentem usar de artifícios para explorar os bens minerais brasileiros. E um artifício será colocar um brasileiro à frente de uma empresa supostamente nacional mas que vise ao benefício de empresas estrangeiras. De qualquer forma, com uma legislação que limite a ação de interesses estrangeiros, os maiores favorecidos serão os brasileiros”.

O secretário gaúcho condenou, porém, “a forma extremamente emocionalizada” como foi comemorada a aprovação do novo texto: “Não há lugar para esse nacionalismo. Não creio que essa seja a maneira adequada de tratar as coisas. Entendo que prevaleceu o bom senso. Os brasileiros estão defendendo os seus interesses como todos os habitantes de outros países defendem suas nações. A questão não deve ser colocada em termos de nacionalistas, pois não estamos nos fechando aos outros, não estamos fazendo nada demais, apenas defendendo o que é nosso. É um legítimo direito”, disse Saldanha, na sexta-feira, em entrevista a este jornal.

Já o vice-presidente do Sindicato de Indústrias de Aduos do Rio Grande do Sul e diretor de comércio exterior da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), Adair Schiavon, afirmou que as decisões da Constituinte sobre exploração dos solos “não afetarão as indústrias brasileiras de fertilizantes”. Ele lembrou que “a maior parte das empresas que exploram os solos é nacional e portanto continuarão desempenhando legalmente sua atividade”. Schiavon acrescentou que a legislação ordinária, no futuro, poderá regulamentar assuntos relacionados com a exploração dos solos, a permitindo, quem sabe, a formação de “joint-ventures”, associações de grupos estrangeiros com empresas nacionais e trazendo benefícios aos dois lados, sem provocar prejuízos aos brasileiros. Schiavon finalizou, assinalando que “o Brasil é rico no subsolo e pobre acima do solo. E preciso equilibrar essa situação”.

“A decisão era desnecessária”

por Riomar Trindade do Rio

“A nacionalização da exploração mineral, definida por expressiva maioria na Constituinte, não deixa dúvidas de que foi uma decisão consciente. Mas não foi a melhor opção para o País.” A afirmação foi feita pelo presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), João Sérgio Marinho Nunes, na sexta-feira, no Rio, acrescentando que, no seu entendimento, a decisão era desnecessária, porque a Constituição do Brasil já estabelece que o subsolo pertence à União.

“A União já tinha todos os instrumentos para ceder

o direito de lavra a quem julgasse melhor. Portanto, não havia necessidade de restrições”, afirmou. Na visão de Marinho Nunes, a decisão de colocar no texto constitucional que somente empresas de capital nacional poderão atuar na exploração mineral vai afugentar o capital externo. “Sem dúvida, será mais um fator de desestímulo ao ingresso de capital externo”, assinalou.

O presidente do Ibram disse, porém, que uma apreciação mais profunda da amplitude da nacionalização da exploração mineral no País só poderá ser feita após a Constituinte votar as “Disposições

Transitórias”. Marinho Nunes lembrou, por exemplo, que o deputado Luiz Alfredo Salomão (PDT-RJ), ao se pronunciar em plenário favoravelmente à nacionalização do subsolo, destacou que as empresas estrangeiras que utilizam o minério para verticalizar sua produção não estariam obrigadas, no prazo de cinco anos, a nacionalizar o capital. De acordo com o presidente do Ibram, Salomão citou como exemplos a Beig-Mineira e a Mannesmann, siderúrgicas que utilizam o minério de suas minas para a produção de aço e tubos de aço. Isto seria explicitado nas “Disposições Transitórias”.

Na opinião de Marinho Nunes, se essa ressalva relatada em plenário por Salomão constar efetivamente do futuro texto constitucional, no capítulo das “Disposições Transitórias”, também a indústria do vidro, controlada por capital estrangeiro, que possui mina de argila, será beneficiada. “Nesse caso, pelo menos, houve bom senso, não extremada xenofobia”.

De qualquer modo, num quadro de decisões totalmente desfavoráveis ao capital externo, isso apenas caracteriza que não foi uma usurpação completa”, arrematou Marinho Nunes.

País “andando na contramão”

por Jaime Soares de Assis de São Paulo

“O Brasil se tornou um especialista em andar na contramão”, afirmou Abraham Kasinski, presidente executivo da Companhia Fabricadora de Peças (Cofap), ao comentar as posições da Assembleia Nacional Constituinte em relação à definição de empresa nacional e à nacionalização das empresas de mineração.

Segundo Kasinski, poucas empresas brasileiras têm porte para absorver as mineradoras multinacionais instaladas no País, comprometendo o processo de nacionalização. Ele acredita que este fator po-

derá provocar a absorção das empresas por grupos nacionais que representem as matrizes no Brasil, a evasão de capital estrangeiro e a inibição de novos investimentos com capital externo. “Os que pensavam em vir não virão mais para o Brasil”, comenta.

LEILÕES SERÃO AFETADOS PELO DESINTERESSE Os leilões programados para conversão da dívida em capital de risco deverão ser afetados pelo desinteresse dos investidores estrangeiros em aplicar em empresas instaladas no País e as companhias brasileiras que necessitam incrementar seu nível tecnol-

ógico, formando “joint-ventures” com fabricantes do exterior, tendem a encontrar maior resistência.

“O Brasil resolveu ser nacionalista ao extremo”, na opinião de Kasinski. A indústria brasileira cumpriu uma etapa importante de evolução ao se tornar exportadora, assinala, acrescentando que a Cofap, por exemplo, recebeu um comunicado da Chrysler, dos Estados Unidos, em que a empresa norte-americana aprovava os amortecedores desenvolvidos pela companhia para equipar um modelo que ela pretende montar no próximo ano.

A próxima etapa dos fa-

bricantes nacionais, porém, “é conseguir, não fazer o que eles estão produzindo hoje, mas ser um fornecedor daquilo que eles pensam em fazer no futuro”, assinala. Esse estágio, para ser alcançado, necessitaria de uma maior aproximação das empresas nacionais com empresas que detêm tecnologia avançada e estão acompanhando a evolução dos produtos no exterior, afirma.

A compra de tecnologia corresponde à aquisição “de uma cópia do que ele já fez ou está fazendo, na melhor das hipóteses” e não tem a mesma conotação de uma associação em que a empresa estrangeira atua como investidora.